

ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/xxxx****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2025**

Aos xxx (xxx) dias do mês de xxx de dois mil xxxxxxxxxxxxxxxx, o **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.253.881/0001-03, estabelecida na Rua Marcino dos Santos, n.º 401, Chácara Cachoeira II, em Campo Grande/MS, neste ato representado, conforme PORTARIA N.º 013/21/PRES.CA, pelo Superintendente, Sr. **Lucas D. Galvan**, brasileiro, portador do RG n.º 33.430.987-6 SSP/SP e CPF n.º 996.035.431-87, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **SENAR-AR/MS**, tendo em vista a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico n.º 035/2025**, devidamente homologado em **xx/xx/xxxx**, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar, abaixo indicadas, doravante denominados **FORNECEDORES**, conforme especificações técnicas, estimativas e exigências constantes do Edital nº **035/2025**, de acordo com a classificação alcançada **MENOR PREÇO POR ITEM**, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) do SENAR, revisto e consolidado pela Resolução nº 030/2024/CD, de 02/05/2024 do Conselho Deliberativo do SENAR e demais disposições aplicáveis à licitação e aos contratos administrativos, nos seguintes termos:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para locação de veículos automotores para atendimento das demandas do **SENAR-AR/MS** e do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS**.

1.2. O(s) **FORNECEDOR (es)**, beneficiário(os) do(s) preço(s) registrado(s), compromete(m)-se a fornecer o(s) item(s) abaixo especificado(s):

Fornecedor: xxxxxxxxxxxx**CNPJ:** xxxxxxxxxxxx

Insc. Estadual: xxxxxxxx		Insc. Municipal: xxxxxxxx				
Endereço: xxxxxxxx						
Responsável Legal: xxxxxxxx						
CPF do Resp. Legal: xxxxxxxx				RG do Resp. Legal: xxxxxxxx		
e-mail do Resp. Legal: xxxxxxxx						
Item	Detalhamento	Unid. de Medida	Qtde Estimada (A)	Marca/ Modelo	Valor Unitário R\$ (B)	Valor Total R\$
01		Mensal				AxBx12
		Diária				AxB

1.3. Esta Ata não obriga o **SENAR-AR/MS** a firmar contratação com o **FORNECEDOR** cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para o fornecimento do objeto desta Ata visando preço mais vantajoso, observando a legislação pertinente, sendo assegurada preferência do fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

1.4. Os valores e as quantidades ora estabelecidos são meramente estimativos, e não se confundem com os valores e quantidades a serem efetivamente fornecidas, não cabendo ao **FORNECEDOR** quaisquer direitos a indenização ou compensação na hipótese de o referido valor total estimado não ser atingido, seja a que título for.

1.5. Os veículos necessários ao atendimento das demandas do **SENAR-AR/MS** são:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – REQUISITOS MINIMOS
01	<p>“VEÍCULO COMPACTO” Veículo automotivo, passeio, zero quilômetro ou com no máximo 01 (um) ano de uso. Ano/Modelo: Mínimo 2024/2024 ou Veículo Novo – ZeroQuilometro. Motor (potência): Mínimo de 75CV Combustível: Flex ou bicomcombustível. Fabricação: Nacional. Capacidade de transporte: 04 (quatro) passageiros mais 01 (um) motorista. Portas: Mínimo de 05, sendo uma traseira, para o porta-malas. Direção: Hidráulica ou Elétrica. Pintura: Branco ou prata. Ar condicionado: Sim, original de fábrica. Acessórios: Manual atualizado do fabricante, jogos de tapetes, dispositivo "air-bag", alarme, vidros e travas elétricas em todas as portas, sensor de estacionamento, rádio MP3 player com entrada USB, freios ABS, desembaçador traseiro, protetor de cárter e demais itens obrigatórios por lei. Demais componentes que devem acompanhar o veículo: Pneumático reserva (estepe), triângulo de sinalização, chaves de roda e de fenda e extintor de incêndio. Padrão Sugerido: Polo, Onix, HB20 ou similar.</p>
02	<p>“VEÍCULO PICK-UP AUTOMÁTICO – GRANDE PORTE” Veículo automotivo, passeio, zero quilômetro ou no máximo 01 (um) ano de uso. Ano/Modelo: Mínimo 2024/2024 ou Veículo Novo – Zero Quilometro. Cilindrada: mínimo 1900</p>

	<p>Motor (potência): Mínimo 180 cv.</p> <p>Combustível: Diesel.</p> <p>Fabricação: Nacional.</p> <p>Portas: 04 portas</p> <p>Capacidade de transporte: 04 (quatro) passageiros mais 01 (um) motorista.</p> <p>Tração: 4x4.</p> <p>Direção: Hidráulica e ou Elétrica</p> <p>Câmbio: Automático de no mínimo 6 velocidades.</p> <p>Freios: Disco Ventilado com abs e ou tambor com ABS.</p> <p>Ar condicionado: Sim, original de fábrica.</p> <p>Acessórios: Manual atualizado do fabricante, jogos de tapetes, dispositivo ar-bag;, alarme, vidros e travas elétricas em todas as portas, Sistema Multimídia com entrada USB, freios ABS, sensor de estacionamento, desembaçador traseiro, protetor de cárter e demais itens obrigatórios por lei.</p> <p>Demais componentes que devem acompanhar o veículo: Pneumático reserva (estepe), triângulo de sinalização, chaves de roda e de fenda e extintor de incêndio, capota marítima e engate.</p> <p>Padrão Sugerido: Hilux , Amarok, S10 ou similar.</p>
03	<p>“VEÍCULO COMPACTO SUV MANUAL OU AUTOMÁTICA”</p> <p>Veículo automotivo, passeio, zero quilômetro ou com no máximo 01 (um) ano de uso.</p> <p>Ano/Modelo: Mínimo 2024/2024 ou Veículo Novo – Zero Quilometro.</p> <p>Motor (potência): Mínimo de 115CV</p> <p>Combustível: Flex ou bicomcombustível.</p> <p>Fabricação: Nacional.</p> <p>Capacidade de transporte: 04 (quatro) passageiros mais 01 (um) motorista.</p> <p>Portas: Mínimo de 05, sendo uma traseira, para o porta-malas.</p> <p>Direção: Hidráulica ou Elétrica.</p> <p>Tração: 4x2.</p> <p>Pintura: Branco ou prata.</p> <p>Ar condicionado: Sim, original de fábrica.</p> <p>Acessórios: Manual atualizado do fabricante, jogos de tapetes, dispositivo "air-bag", alarme, vidros e travas elétricas em todas as portas, rádio MP3 player com entrada USB, freios ABS, sensor de estacionamento, desembaçador traseiro, protetor de cárter e demais itens obrigatórios por lei.</p> <p>Demais componentes que devem acompanhar o veículo: Pneumático reserva (estepe), triângulo de sinalização, chaves de roda e de fenda e extintor de incêndio.</p> <p>Padrão Sugerido: T-Cross, Renault Duster, Jeep Renegade, Tracker ou similar.</p>

1.6. Os veículos necessários ao atendimento das demandas dos colaboradores das unidades do **SENAR/MS** e do **CEBC**, são veículos de representação para utilização em caráter permanente, a saber:

a) 11 (onze) veículos tipo “VEÍCULO COMPACTO” – Veículo automotivo, passeio, zero quilômetro ou com no máximo 01 (um) ano de uso, sendo que a cada 02 (dois) anos de uso contando com o ano de fabricação do carro especificado no item 1.4, os veículos devem ser trocados, por outro da mesma funcionalidade e itens sugeridos.

b) 03 (três) veículos tipo “VEÍCULO COMPACTO SUV MANUAL OU AUTOMÁTICA” – Veículo automotivo, passeio, zero quilômetro ou com no máximo 01 (um) ano de uso, sendo que a cada 2 (dois) anos de uso contando com o ano de fabricação do carro especificado no

item 1.4, os veículos devem ser trocados, por outro da mesma funcionalidade e itens sugeridos.

c) 01 (um) veículo tipo “PICK-UP” GRANDE PORTE– Veículo automotivo, passeio, zero quilômetro ou com no máximo 01 (um) ano de uso, sendo que a cada 02 (dois) anos de uso contando com o ano de fabricação do carro especificado no item 1.4, os veículos devem ser trocados, por outro da mesma funcionalidade e itens sugeridos.

d) Os carros devem vir com rastreadores instalados em cada um deles, e com um programa de monitoramento, sem custo para a contratante, o aparelho se faz necessário para o acompanhamento mais seguro de toda a frota, conseguindo com isso localizar os veículos com mais exatidão e com isso tendo uma segurança maior com a frota e os passageiros.

e) Os carros, **VEÍCULO PICK-UP AUTOMÁTICO – GRANDE PORTE** deve vir com engate para transporte de carga.

f) Será permitido ao **SENAR-AR/MS** adesivar os veículos conforme padronização estabelecida pelo **SENAR-AR/MS**, de acordo com os modelos a serem apresentados.

1.7. Os veículos, deverão atender as especificações contidas acima e tomar por unidade de medida MENSAL o período mínimo de 30 (trinta) dias corridos.

1.8. FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

1.8.1. Os veículos disponibilizados para locação deverão atender às especificações contidas neste documento. A contratação ocorrerá com 02 (duas) modalidades de pagamento, conforme necessidade operacional:

a) Locação Mensal: Para veículos utilizados regularmente ao longo do período contratual, com valor fixo por mês.

b) Locação por Diária: Para veículos solicitados esporadicamente, conforme demanda especificada pelo **SENAR-AR/MS**, com valor unitário por dia de uso.

1.9. Os veículos referentes aos itens **01 a 03**, deverão atender as especificações contidas acima e tomar por unidade de medida **MENSAL** o período mínimo de 30 (trinta) dias corridos. Para veículos utilizados regularmente ao longo do período contratual.

1.10. Os veículos referentes aos itens **04 a 06**, deverão atender as especificações contidas acima e tomar por unidade de medida **DIÁRIA**. Para veículos solicitados esporadicamente, conforme demanda especificada pelo **SENAR-AR/MS**.

1.11. Os serviços devem atender à formatação de veículos automotores, sem condutor, com seguro total ou termo de responsabilidade total, sem franquia e com “quilometragem livre”, conforme especificações constantes deste Instrumento.

1.12. QUILOMETRAGEM MENSAL DE REFERÊNCIA

1.12.1 Para efeito de cálculo/composição dos preços de custos de gestão, a quilometragem mensal média de referência estimada será apresentada por veículo, podendo o mesmo ser utilizado nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e durante os 07 (sete) dias da semana.

Item	Tipo de Veículo	Quilometragem Média Mensal Estimada
01	Veículo Compacto	3.000 km
02	Veículo Pick-up Grande Porte	3.800 km
03	Veículo Compacto SUV Manual ou Automático	3.500 km

1.13. O **FORNECEDOR** deve agir como uma organização completa, realizando todos os atos necessários a correta execução do objeto, inclusive arcando com todos os custos necessários à execução, assim como insumos e/ou encargos que possam incidir, seja de ordem social, tributária, trabalhista, previdenciária, securitária ou outras.

2. DO VALOR GLOBAL E DAS FONTES DE RECURSOS

2.1. O valor total estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R\$ xxxx (xxxx)**.

2.2. As despesas com a contratação correrão por conta dos recursos previstos no orçamento anual do **SENAR-AR/MS**, por conta do(s) seguinte(s) Código(s) Orçamentário(s): **8701/8730**.

3. DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de xx de xxxxx de xxxx, podendo ser prorrogado por igual período, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço se mantém vantajoso, nos termos constantes no art. 45 do RCL do SENAR.

3.1.1. Esta Ata de Registro de Preços terá publicidade conforme previsto na legislação vigente e a ela aplicável.

3.2. Conforme estabelecido no art. 49 do RLC do SENAR, o **FORNECEDOR** deixará de ter o seu preço registrado, garantida a prévia defesa do **FORNECEDOR**, quando:

- a)** descumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado.
- b)** não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado.
- c)** quando, justificadamente, não for mais do interesse do **SENAR-AR/MS**.

3.2.1. Nas mesmas hipóteses acima poderá o **SENAR-AR/MS** optar pelo cancelamento total da Ata de Registro de preços conforme circunstâncias verificadas em caso concreto.

3.2.2. Nas hipóteses de o **FORNECEDOR** que tiver seu preço registrado comprove superveniência de fato excepcional, imprevisível ou previsível, mas com consequências incalculáveis que altere a equação econômico-financeira os valores registrados, lhe será lícito postular o cancelamento amigável de seu registro em Ata de Registro de Preços, desde que

comprovado concomitantemente que os preços de mercado tornaram-se superiores aos registrados.

3.3. O(s) **FORNECEDOR(ES)** incluído(s) nesta Ata de Registro de Preços estará (ão) obrigado(s) a aceitar os pedidos do Contrato que poderão advir, nas condições estabelecidas neste instrumento, no Edital e seus respectivos ANEXOS.

3.4. A presente Ata de Registro de Preços, tem-se por instruída com as certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST), de todos os **FORNECEDORES**.

3.5. A existência de preços registrados não obriga o **SENAR-AR/MS** a firmar contratos que deles poderão advir, mas ficará o **FORNECEDOR** obrigado a fornecer o objeto que lhe foi registrado na medida das necessidades que lhe forem apresentadas.

3.6. Prorrogada a Ata de Registro de Preço, poderão ser restabelecidas as condições iniciais da Ata, inclusive quantitativos.

3.7. À Ata de Registro de Preços poderá ser aplicado reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de serviços ou bens registrados, aplicando-se as normas e os mesmos pressupostos previstos no art. 42 do RLC do SENAR.

3.8. Todas as alterações na Ata de Registro de Preços por acordo entre as partes, desde que justificadas e as decorrentes de necessidade de prorrogação ou alterações de preço e/ou prazo deverão ser formalizadas por meio de **TERMO ADITIVO**, desde que observados os motivos de conveniência e oportunidade, hipóteses legais previstas no RLC do SENAR.

4. DO GERENCIAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá a um funcionário do **SENAR-AR/MS**, designado para tal, que se obriga, dentre outras, a:

4.1.1. Efetuar controle do **FORNECEDOR**, dos preços registrados.

4.1.2. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades.

4.1.4. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas neste instrumento, no Edital da licitação e seus anexos.

4.1.5. Proporcionar todas as facilidades para que o **FORNECEDOR** possa executar o objeto nas condições estabelecidas.

4.2. O **SENAR-AR/MS** fiscalizará a execução do objeto pelo **FORNECEDOR** por meio de colaborador designado formalmente e que verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

4.3. A fiscalização pelo **SENAR-AR/MS** não desobriga o **FORNECEDOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.

4.4. A ausência de comunicação por parte do **SENAR-AR/MS**, referente a irregularidades ou falhas, não exime o **FORNECEDOR** das responsabilidades determinadas na Ata de Registro de Preços.

4.5. A fiscalização se reserva ao direito de impugnar a execução do objeto pelo **FORNECEDOR** quando não realizada a contento, ficando o **FORNECEDOR** obrigado a refazê-lo, sem quaisquer ônus para o **SENAR-AR/MS**.

4.6. O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Ata de Registro de Preços.

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Constituem obrigações do **FORNECEDOR**, além das demais previstas nesta Ata ou dela decorrentes:

5.1.1. Cumprir o objeto do presente instrumento, fornecendo os produtos/serviços em estrita observância as exigências contidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos, bem como nesta Ata de Registro de Preços devidamente homologada, realizando inclusive as substituições que se fizerem necessárias, ainda que em casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

5.1.2. Manter, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação válidas, bem como quaisquer outras determinações legais que sejam próprias de seu ramo de atividade mesmo que não insertas nesta Ata ou instrumentos a ela vinculados.

5.1.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

5.1.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto registrado nesta Ata, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias.

5.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o **SENAR-AR/MS**.

5.1.6. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da presente Ata de Registro de Preços.

5.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos decorrentes da execução do objeto, inclusive arcando os prejuízos alcançados em razão de reclamações e/ou ações judiciais de terceiros diretamente afetados.

5.1.8. Não subcontratar ou transferir em hipótese alguma os direitos advindos desta Ata de Registro de Preços a terceiros, seja a que título for.

5.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.1.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **SENAR-AR/MS** e órgãos de controle com prontidão, se responsabilizando pelo atendimento de eventuais reclamações.

5.1.11. Dar ciência imediatamente ao **SENAR-AR/MS** de qualquer anormalidade que vier a verificar durante a vigência da presente Ata, bem como eventual substituição do objeto que lhe foi registrado, apresentando as razões justificadoras a serem apreciadas pelo **SENAR-AR/MS**.

5.1.12. Encaminhar as faturas para pagamento juntamente com as certidões de regularidade fiscal e outros documentos que se fizerem necessários.

5.1.13. Comunicar imediatamente ao **SENAR-AR/MS** qualquer alteração em seus dados cadastrais.

5.1.14. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo **FORNECEDOR**, sem justificativas aceitas pelo **SENAR-AR/MS**, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

5.2. Constituem obrigações do **SENAR-AR/MS**, além das demais previstas nesta Ata ou dela decorrentes:

5.2.1. Arcar com os compromissos financeiros decorrentes da execução do objeto, nos prazos estabelecidos no presente instrumento.

5.2.2. Fornecer e colocar à disposição do **FORNECEDOR** todos os elementos e as informações que se fizerem necessários à boa execução desta Ata de Registro de Preços.

5.2.3. Notificar, formal e tempestivamente, o **FORNECEDOR** sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata, bem como sobre eventual alteração, cancelamento e/ou revogação da Ata de Registro de Preços, que possa afetá-lo, ainda que indiretamente.

5.2.4. Acompanhar a execução do objeto pelo **FORNECEDOR**, podendo intervir durante o processo, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento, notificando o **FORNECEDOR** no caso de verificação de irregularidades.

5.2.5. Notificar o **FORNECEDOR**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

5.2.6. Não permitir que outrem execute o objeto desta Ata de Registro de Preços que se obrigará o **FORNECEDOR**.

5.3. DO DEVER DE MANTER SIGILO

5.3.1. O **FORNECEDOR** obriga-se a manter em absoluta confidencialidade todas as informações, dados e documentos, aos quais terá acesso em razão da execução deste instrumento, não podendo divulgar, ceder, doar, repassar, vender, reproduzir por quaisquer meios ou transferir as informações, a qualquer título, em qualquer tempo e circunstância, tampouco usá-las em benefício próprio ou de terceiros ou para finalidade diversa da ora ajustada, salvo mediante autorização expressa e por escrito do **SENAR-AR/MS**.

5.3.1.1. Entende-se por informações confidenciais toda a informação não conhecida pelo público em geral, quer sejam de origem técnica, comercial ou de qualquer outra natureza, manifestadas de forma tangível ou intangível.

5.3.2. O **FORNECEDOR** deve ainda, adotar todas as providências necessárias para somente transmitir as informações a que tiver acesso os seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços que necessitem ter acesso às mesmas para a execução deste instrumento, obrigando-se a cumprir com todas as obrigações de confidencialidade contidas nesta cláusula.

5.3.3. Se o **FORNECEDOR** for obrigado, por ordem judicial, administrativa ou de órgão governamental, por lei, norma, regulamentação ou por intimação ou outro procedimento legal aplicável à divulgação de informações confidenciais, ela poderá fazê-lo sem que seja caracterizado o descumprimento desta cláusula, desde que o **SENAR-AR/MS** seja imediatamente notificado acerca de referida solicitação e que a tenha cumprido no limite do exigido.

5.3.4. Caso o **FORNECEDOR** utilize, em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais, será rescindido, de imediato, o contrato firmado, sem prejuízo de ser responsabilizada civil, criminal e administrativamente e, eventual, apuração e retenção dos créditos decorrentes de sua execução, até os limites dos prejuízos causados ao **SENAR-AR/MS**.

6. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O regime de execução adotado será a **empreitada indireta por preços unitários**.

6.2. A solicitação dos veículos, após validação da Ata de Registro de Preços, mediante formalização de contrato ou de Autorização de Fornecimento, ocorrerá de forma fracionada, de acordo com a quantidade indicada neste instrumento, atendendo às necessidades do **SENAR-AR/MS**, sendo a formalização por contrato destinada aos veículos de locação mensal e por Autorização de Fornecimento aos veículos contratados por diária.

6.2.1. As solicitações de forma fracionada ocorrerão na medida das necessidades da Regional, sem que isso importe direito subjetivo do **FORNECEDOR** de exigir a aquisição dos quantitativos previstos.

6.3. O **FORNECEDOR** deverá designar um responsável para ser o contato de referência para todas e quaisquer soluções necessárias visando a boa execução do objeto.

6.4. Os veículos disponibilizados para locação deverão estar em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, regulamentadas pelo DENATRAN E DETRAN-MS, assim como outras normas correlatas.

6.5. Os veículos solicitados para **locação por diária** deverão ser disponibilizados em até 01 (um) dia após o envio/recebimento da Autorização de Fornecimento.

6.6. Após a assinatura do contrato, o **FORNECEDOR** terá 10 (dez) dias corridos para entregar os veículos em perfeita condição de uso para o **SENAR-AR/ MS**.

6.7. Caso não seja possível a entrega dos veículos zero quilômetro, no prazo estabelecido, a **FORNECEDOR** poderá entregar veículos usados, de no máximo 01 (um) ano de uso, com as mesmas especificações técnicas ou superiores, que deverão ser substituídos em até 45 (quarenta e cinco) dias contados oficialização do pedido.

6.8. O **FORNECEDOR** deverá obrigatoriamente apresentar, no ato da entrega do veículo toda documentação formalmente obrigatória, tais como IPVA, licenciamento e emplacamento dos veículos, bem como a Apólice de Seguros ou Termo de Responsabilidade dos bens contratuais avençados, a saber:

a) Seguro com cobertura contra danos corporais a terceiros de no mínimo R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e para cobertura contra invalidez parcial, invalidez permanente e morte, sendo o mínimo de cobertura R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

b) Seguro com cobertura contra danos materiais a terceiros: colisão, incêndio, dentre outros com valor mínimo de cobertura de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

c) Deverá fornecer em complemento, cobertura secundária de risco, no valor global mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para danos materiais e corporais de terceiros, a ser utilizado nos casos em que os danos a terceiros superem o montante de seguro primário dos veículos.

6.8.1. Os licenciamentos dos veículos deverão corresponder ao respectivo local de deslocamento previsto no objeto deste instrumento, o Estado de Mato Grosso do Sul.

6.8.1.1. Caso o veículo não esteja licenciado no Estado de Mato Grosso do Sul, o **FORNECEDOR** terá o prazo de 10 (dez) dias, para regularizar a documentação do veículo.

6.8.2. O **FORNECEDOR** arcará com as despesas relativas ao emplacamento e licenciamento dos veículos durante o período em que estiverem locados, e manterá atualizada a respectiva documentação, fornecendo ao **SENAR-AR/MS**, antes do vencimento, o documento de porte obrigatório, observada a legislação aplicável (DENATRAN E DETRAN-MS).

6.8.3. Em caso de Inspeção Veicular Anual, quando a autoridade competente exigir que os veículos sejam submetidos à inspeção em prestadores de serviços especializados, o **FORNECEDOR** deverá providenciar o deslocamento do veículo ao local indicado, comunicando ao SENAR-AR/MS com antecedência mínima de até 10 (dez) dias úteis.

6.9. Os veículos deverão ser entregues e retirados na sede do **SENAR-AR/MS**, localizada na Rua Marcino dos Santos, n.º 401, Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS, de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

6.9.1. O **FORNECEDOR** deverá aceitar alteração de endereço para a entrega dos veículos, sem ônus para o SENAR-AR/MS, se esta vier a trocar de localização na região (cidade) em que se encontra.

6.10. No ato da entrega deverão ser observadas as seguintes condições:

6.10.1. Os veículos deverão conter todos os equipamentos exigidos pelos órgãos fiscalizadores conforme legislação em vigor.

6.10.2. Os veículos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e limpeza, assim como com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo está a única ocasião de abastecimento pelo **FORNECEDOR**, sendo os demais abastecimentos responsabilidade do **SENAR-AR/MS**.

6.11. No ato da entrega os veículos serão examinados por funcionário do **SENAR-AR/MS** que assinará o Recibo de Entrega de Veículo e a Lista de Verificação (check-list) elaborados pelo **FORNECEDOR**, confirmando o recebimento e a aceitação, considerando as condições de funcionamento dos respectivos equipamentos e acessórios.

6.11.1. A Lista de Verificação (check-list) a ser conferida pelo funcionário do **SENAR-AR/MS** constará informações sobre as condições internas e externas do veículo, bem como, acessórios e condições de limpeza.

6.12. A aprovação do veículo pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia contra defeitos de fabricação.

6.13. Quando da devolução dos veículos o **SENAR-AR/MS** deverá entregá-los no mesmo estado em que foram retirados.

6.13.1. Nesta ocasião será emitido Recibo de Devolução e conferência da Lista de Verificação (check-list) elaborado na entrega, que será obrigatoriamente assinado pelo funcionário do **SENAR-AR/MS** e pelo **FORNECEDOR**.

6.13.2. A ausência de assinatura no referido documento implicará na aceitação do veículo em perfeito estado, não ensejando reclamações posteriores por quaisquer das partes.

6.13.3. Os veículos poderão ser devolvidos nas hipóteses de recesso, férias coletivas e/ou férias dos funcionários designados para utilização dos mesmos.

6.14. O **FORNECEDOR** deverá possuir um atendimento próprio, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias por semana, incluindo sábado, domingo e feriados, via telefone (preferencialmente 0800) e e-mail para solicitações, a fim de suprir as demandas do **SENAR-AR/MS** para agendamento de serviços, acionamento do seguro ou cobertura de risco, sinistros e suporte técnico (guincho etc.).

6.14.1. Os atendimentos por telefone deverão gerar um número de protocolo, que registre a solicitação, a data e o horário de abertura, nome do solicitante e placa do veículo.

6.14.2. O **FORNECEDOR** deverá apresentar a solução para o protocolo gerado no prazo máximo de 01 (uma) hora a contar do horário de abertura da solicitação. Considera-se como solução:

6.14.2.1. Informar o deslocamento de um veículo reserva para substituir o veículo que necessita de manutenção.

6.14.2.2. Informar local e horário agendado para manutenções rápidas, que não precisam de orçamentos e onde o veículo permanecerá por, no máximo, 01 (uma) hora.

6.15. Nos CASOS DE SINISTRO o **SENAR-AR/MS** se obriga a comunicar o fato tanto às autoridades competentes quanto o **FORNECEDOR**, e deverá entregar a esta última o Boletim de Ocorrência Policial. O mesmo procedimento deverá ser adotado no caso de extravio das placas dos veículos.

6.15.1. Nos CASOS DE SINISTRO o **FORNECEDOR** deverá tomar todas as providências necessárias, tais como a substituição do veículo avariado em até 24 (vinte e quatro) horas, salvo em cidades de fronteira que poderá ser em até 48 (quarenta e oito) horas.

6.15.2. Consideram-se cidades da fronteira as seguintes: Ponta Porã, Mundo Novo e Corumbá.

6.15.3. Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, no prazo previsto no subitem **6.15.1** fica resguardado ao **SENAR-AR/MS** o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, não cabendo faturamento e o **FORNECEDOR** estará sujeito às penalidades previstas no contrato.

6.15.4. A responsabilidade por qualquer ressarcimento ou desembolso em caso de sinistro será do **FORNECEDOR**, inclusive a franquia decorrente do seguro.

6.15.5. Caso haja envolvimento de terceiros, e que fique configurada a culpa do condutor do **SENAR-AR/MS**, o **FORNECEDOR** deverá fazer contato com o terceiro em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos e autorizar os reparos necessários no veículo do terceiro em um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da entrega do Boletim de Ocorrência ao **FORNECEDOR**.

6.15.6. Eventuais valores recebidos de terceiros pelo **SENAR-AR/MS** a título de indenização sejam oriundos de sinistros e/ou danos causados ao(s) veículos(s) locados(s), ou eventuais indenizações por danos causados por ocupantes nos veículos, caberão exclusividade ao **FORNECEDOR**.

6.15.7. Em caso de furto de bens ou pertences pessoais que estejam no interior do veículo disponibilizado à locação, o **FORNECEDOR** não se responsabilizará pelo ressarcimento das despesas ao condutor do **SENAR-AR/MS**.

6.15.8. Entende-se por SINISTRO, além do já detalhado, todo evento em que o veículo segurado sofra um acidente ou prejuízo material.

6.16. Nos casos de necessidade de VEÍCULO RESERVA o **FORNECEDOR** deverá disponibilizá-los com as especificações constantes neste Instrumento ou superiores, sem custo adicional ao **SENAR-AR/MS**.

6.16.1. Os veículos reservas deverão ser entregues no endereço informado pelo condutor do **SENAR-AR/MS** no momento do registro do protocolo de atendimento, conforme item **6.10.2** deste Instrumento, sem custo adicional, conforme a necessidade.

6.16.2. Em caso de substituição dos veículos por motivo de renovação da frota, o **FORNECEDOR** deverá informar por escrito ao **SENAR-AR/MS** com antecedência de no mínimo 48h para que se proceda com a vistoria prevista no item **6.11** deste Instrumento.

6.16.3. O **FORNECEDOR** poderá trocar, de forma definitiva, a seu critério e a qualquer tempo, os veículos que estejam na posse do **SENAR-AR/MS** por outros veículos “zero km”, de mesma marca, modelo, cor e acessórios, desde que sem alteração dos preços e prazos previamente contratados.

6.17. No caso de eventuais INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, o **FORNECEDOR** deverá controlar o recebimento de multas, devendo enviar para o **SENAR-AR/MS** a documentação para identificação imediatamente após recebimento da multa de trânsito enviada pelo DETRAN dos condutores responsáveis, ou seja, dentro do prazo cabível para interposição do(s) recurso(s) administrativo(s) pertinente(s).

6.17.1. O **SENAR-AR/MS** deverá encaminhar os documentos do condutor infrator ao **FORNECEDOR** para que este encaminhe a documentação aos Órgãos responsáveis, dentro do prazo legal.

6.17.2. Após identificação do condutor/infrator e/ou de ser assumida a culpa pela infração, o **FORNECEDOR** estará autorizado a providenciar o pagamento da multa, no prazo nela previsto, valendo-se dos descontos oferecidos por pagamento antecipado, caso o condutor não opte pelo oferecimento de defesa/recurso administrativa.

6.17.3. Na hipótese da ocorrência de infrações em que o infrator é abordado pelo agente de trânsito com recebimento de auto de infração/notificação, o **SENAR-AR/MS** deverá imediatamente comunicar o ocorrido ao **FORNECEDOR**, bem como lhe enviar a respectiva notificação para que seja efetuado o pagamento da multa e, na sequência, seja providenciada a cobrança do ressarcimento junto ao **SENAR-AR/MS**.

6.17.4. Caberá exclusivamente ao condutor funcionário do **SENAR-AR/MS** promover junto ao(s) órgão(s) competente(s), a apresentação de defesa, recurso, ação e/ou qualquer outra medida contra a aplicação da(s) multa(s) recebida(s) e restituição de quaisquer valores pagos ao(s) Órgão(s) Fiscalizador (es), acaso a(s) mesma(s) seja(m) julgada(s) improcedente(s) e/ou não interposta(s).

6.17.5. Caso o usuário condutor do veículo, ao seu critério e as suas expensas, decida recorrer das multas junto ao órgão de trânsito competente, o **FORNECEDOR** pagará a multa até o resultado da sentença.

6.17.5.1. Caso seja julgado procedente o recurso referente à multa e está já tenha sido paga pelo **FORNECEDOR**, cabe ao condutor recorrente o devido ressarcimento.

6.17.6. Quando do pagamento do seguro obrigatório e do licenciamento anual do veículo, caso conste registro de multa de trânsito e o seu pagamento seja condição essencial para a liberação da documentação pertinente, deverá o **FORNECEDOR** realizar este pagamento junto ao órgão de trânsito competente, cabendo ao **SENAR-AR/MS** o devido ressarcimento.

6.17.6.1. O **SENAR-AR/MS** não se responsabilizará pelo pagamento de multa e juros por motivo de atraso no pagamento do licenciamento e seguro obrigatório.

6.17.7. Na hipótese de o condutor não ser identificado ou o DETRAN não aceitar a identificação, seja por atraso ou por alguma irregularidade na apresentação do documento, o **SENAR-AR/MS** será responsável pelo pagamento da multa, inclusive com o agravamento da mesma, no imediato recebimento da fatura do referido valor.

6.17.7.1. Cabe ao **FORNECEDOR** comprovar que solicitou a identificação do condutor do veículo no prazo hábil.

6.17.8. No caso de apreensão do veículo por culpa do condutor do **SENAR-AR/MS**, todas as despesas com taxas cobradas pelos órgãos competentes para a liberação deste veículo apreendido, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR** que será ressarcida pelo **SENAR-AR/MS** conforme a apresentação dos respectivos comprovantes.

6.17.9. Caso o **FORNECEDOR** não envie em tempo hábil a multa para defesa/pagamento por parte do **SENAR-AR/MS**, o mesmo deverá quitar a multa e somente após requerer oficialmente a restituição dos valores, devendo comprovar que houve culpa do condutor e demonstrar de modo eficaz os motivos pelos quais não enviou a multa para o **SENAR-AR/MS**.

6.18. Caso a prestação dos serviços seja realizada através de fatura da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

6.18.1. Somente poderá ocorrer a situação acima, caso não ocorra à alteração de Alíquota de ICMS ou qualquer outro custo que possa ser creditado ao **SENAR-AR/MS**.

6.19. DO USO E DA GUARDA DO VEÍCULO

6.19.1. Os veículos poderão transitar em todo território nacional, em rodovias urbana, rural e vicinal, cujas vias de acesso poderão ser asfaltadas ou não, em terra, cascalho e/ou em condições precárias de conservação.

6.19.2. Caso o **SENAR-AR/MS** deseje utilizar os veículos fora do território nacional, nos países pertencentes a zona do Mercosul, deverá solicitar previamente autorização por escrito ao **FORNECEDOR** que analisará a solicitação.

6.19.2.1. Caso a solicitação seja deferida, o **FORNECEDOR** deverá providenciar os documentos, equipamentos e seguros exigidos para trânsito no país de destino em até 07 (sete) dias úteis, com os custos repassados ao **SENAR-AR/MS**.

6.19.3. O **SENAR-AR/MS** obriga-se, na guarda e uso do veículo, a observar os procedimentos do Manual do Fabricante, bem como na conservação da documentação, sem extrapolar os limites de sua atividade fim.

6.19.4. Havendo extravio da documentação dos veículos pelo **SENAR-AR/MS**, este deverá registrar o Boletim de Ocorrência e encaminhá-lo ao **FORNECEDOR**, que deverá solicitar a segunda via pertinente.

6.19.5. Após solicitação de nova via, o **FORNECEDOR** deverá enviá-la pelos correios, no prazo de até 10 (dez) dias úteis e será cobrado do **SENAR-AR/MS** o preço da tabela vigente do DETRAN.

6.19.6. O **FORNECEDOR** será responsável pelo custo da instalação e/ou aquisição de equipamentos ou acessórios que vierem a ser exigidos nos veículos, após a data de sua entrega, em função de alteração na legislação de trânsito.

6.19.7. OS VEÍCULOS NÃO PODERÃO SER UTILIZADOS PARA:

6.19.7.1. Transporte de pessoas e/ou bens mediante a cobrança de remuneração de qualquer espécie.

6.19.7.2. Transporte de pessoas e/ou bens além das capacidades informadas pelo fabricante do veículo.

6.19.7.3. Participação em testes, competições, “rally” ou outras modalidades de competições ou gincanas.

6.19.7.4. Instrução de pessoas não habilitadas a conduzir e treinamento de motoristas para qualquer situação.

6.19.7.5. Transporte de explosivos, combustíveis e/ou materiais químicos ou inflamáveis.

6.19.7.6. Tráfego em dunas e praias, e

6.19.7.7. Cometimento de qualquer ato ilícito.

6.19.8. A ocorrência de quaisquer atos descritos nos subitens **6.19.7.1** a **6.19.7.7** ensejará perda das coberturas de riscos, responsabilizando-se o **SENAR-AR/MS** pela integralidade das despesas decorrentes da prática de tal ato.

6.19.9. O **SENAR-AR/MS** arcará diretamente com as responsabilidades e custos decorrentes de:

6.19.9.1. Lavagem e polimento dos veículos.

6.19.9.2. Serviços realizados por chaveiros.

6.19.9.3. De perda ou extravio de chaves, documentos e outros componentes dos veículos.

6.19.9.4. Avarias em decorrência de mau uso. Neste caso, a reparação correrá por conta do **SENAR-AR/MS**. Tem-se como mau uso, por exemplo: o desgaste de pneus antes do tempo médio previsto pelo fabricante, submeter o veículo a condições adversas à recomendada pelo fabricante.

6.20. DA MANUTENÇÃO

6.20.1. O **FORNECEDOR** responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

6.20.2. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo.

6.20.3. Todas as manutenções devem ser agendadas previamente com o funcionário do **SENAR-AR/MS** designado como responsável pelo veículo e posterior informação ao fiscal do contrato.

6.20.4. Após cada manutenção preventiva e corretiva, o **FORNECEDOR** deverá efetuar a lavagem completa do veículo.

6.20.5. O **FORNECEDOR** deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus, e conferência do alinhamento da direção.

6.20.6. Os pneus (jogo de 04 (quatro) pneus novos) deverão ser substituídos quando apresentarem risco ou no máximo a cada 30.000 mil km rodados, salvo necessidade de substituição por motivo de avaria ou desgaste usando como parâmetro o TWI, tendo como limite 1,6mm, devendo o **FORNECEDOR** efetuar a troca sem cobrança posterior ao **SENAR-AR/MS**.

6.20.7. O **FORNECEDOR** deverá dispor do serviço de leva e traz sem custos adicionais ao **SENAR-AR/MS** para qualquer tipo de solicitação de manutenção dos veículos.

6.20.8. O serviço leva e traz consiste na responsabilidade do **FORNECEDOR** em retirar os veículos nas cidades onde estão alocados e deixar um reserva para utilização temporária por parte do **SENAR-AR/MS**.

6.20.9. O **SENAR-AR/MS** não arcará com nenhum custo com peças nas manutenções preventivas e/ou corretivas.

6.20.10. O **FORNECEDOR** deverá conferir se o carnê de garantia do veículo foi marcado ou carimbado no local apropriado, após a realização de cada revisão.

6.20.11. O **FORNECEDOR** poderá indicar um Credenciado Autorizado para que o **SENAR-AR/MS** encaminhe os veículos para manutenção corretiva nos casos em que se apliquem juntos todos os itens abaixo indicados:

6.20.11.1. Dispense realização de orçamentos.

6.20.11.2. O reparo já esteja autorizado pelo **FORNECEDOR** junto ao credenciado, e,

6.20.11.3. O serviço no veículo seja realizado no prazo máximo de 01 (uma) hora a contar do momento da chegada no local indicado para realizar manutenção necessária.

6.20.12. O **SENAR-AR/MS** não será responsável por deslocamento de veículos para realizar orçamento.

6.20.13. O endereço do credenciado indicado para os casos do item anterior, não poderá ultrapassar um raio de 50 (cinquenta) km de distância do endereço em que o veículo está alocado.

6.20.14. Não serão aceitos casos de fracionamento de reparos que ocasionem o deslocamento frequente dos funcionários do **SENAR-AR/MS**.

6.20.15. É vedado ao **SENAR-AR/MS** efetuar quaisquer manutenções em locais não autorizados pela fabricante, exceto quando indicado pelo **FORNECEDOR**.

6.20.16. O **SENAR-AR/MS** deverá informar ao **FORNECEDOR** por meio da Central de Atendimento todo e qualquer defeito apresentado nos veículos.

6.20.16.1. Em caso de quebra ou falha do veículo locado que impossibilite o automóvel de rodar, com exceção pela falta de combustível, o **FORNECEDOR** será comunicado pelo **SENAR-AR/MS** através da Central de Atendimento e deverá enviar o guincho sem custo para a **SENAR-AR/MS**, observadas as considerações do item **6.13** deste Instrumento.

6.20.17. No caso de falta de combustível no veículo, o **SENAR-AR/MS** arcará com as despesas de guincho.

6.21. O **FORNECEDOR** mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus materiais, ou do próprio material, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

6.22. A aprovação do objeto pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia contra defeitos de fabricação dos materiais, produtos e/ou equipamentos empregados na execução, e não exclui a responsabilidade civil do **FORNECEDOR** por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste instrumento ou atribuídas o **FORNECEDOR**, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades verificadas durante sua utilização, garantindo-se ao **SENAR-AR/MS** as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.23. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à fabricação, comercialização, distribuição, fornecimento e/ou prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos na execução do objeto, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

7. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DAS REGRAS ANTICORRUPÇÃO

7.1. No desenvolvimento das atividades relacionadas com a execução deste Contrato, as Partes observarão, no que couber, as disposições da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e

respectivas regulamentações, comprometendo-se, **SENAR-AR/MS** e **FORNECEDOR**, a procederem ao correto e adequado tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso, inclusive pugnando pelo estrito e fiel cumprimento de suas obrigações contratuais relacionadas ao tema.

7.2. A sujeição das Partes, no que couber, às disposições da Lei nº 12.965/2014 e ao seu decreto regulamentador, não implica qualquer obrigação específica em matéria de privacidade e proteção de dados pessoais. Nessa hipótese, o adimplemento de tal obrigação recai sobre os provedores de conexão e aplicação, em sua relação com os internautas e/ou usuários finais.

7.3. O **FORNECEDOR** deverá sempre proceder conforme as instruções/orientações recebidas do Senar no que se refere ao tratamento dos dados pessoais no âmbito deste Contrato, sendo que as instruções/orientações são consideradas como (i) as contidas neste Contrato; (ii) as inseridas na Política de Privacidade do Sistema CNA/SENAR, disponível em www.cnabrazil.org.br; e (iii) outras instruções eventualmente repassadas por escrito ao longo da execução do Contrato.

7.4. Nos limites e nos termos da legislação aplicável, fica o **FORNECEDOR**, dentre outras atribuições e responsabilidades, obrigada a (i) realizar o tratamento de dados pessoais única e exclusivamente para cumprir o objeto deste Contrato e as demais obrigações nele contidas; (ii) proceder ao tratamento de dados pessoais apenas quando haja base legal que o permita; (iii) obter o consentimento do titular dos dados pessoais, quando necessário; (iv) informar, corrigir, completar, excluir e/ou bloquear dados pessoais caso assim solicitado pelo titular dos dados e/ou pelo Senar; e (v) adotar medidas físicas, técnicas, administrativas e organizacionais, implementar ferramentas e utilizar tecnologias que sejam necessárias e suficientes para garantir a efetiva proteção, segurança e inviolabilidade dos dados pessoais a que tenha acesso em razão deste Contrato.

7.5. O **FORNECEDOR** somente poderá subcontratar qualquer parte dos serviços ora contratados para terceiros ("**suboperador**"), inclusive e especialmente quando esses serviços subcontratados envolverem o tratamento de dados pessoais, mediante prévia e expressa autorização do Senar. Nesse caso, o **FORNECEDOR** permanecerá como única e exclusiva responsável, perante o Senar, por tudo quanto disposto neste instrumento, mas deverá celebrar um contrato escrito com o **suboperador** (i) sub-rogando-o no cumprimento das obrigações que lhe são impostas neste Contrato, inclusive no que se refere à proteção de dados; e (ii) estabelecendo medidas técnicas e organizacionais que o **suboperador** deverá implementar para desenvolver o serviço subcontratado em conformidade com a legislação aplicável.

7.6. O **FORNECEDOR** deverá notificar o **SENAR-AR/MS** quanto a eventuais reclamações e/ou solicitações recebidas de titulares de dados pessoais e referentes ao tratamento que lhes é

deferido, como, por exemplo, para correção, exclusão, complementação e/ou bloqueio de dados pessoais. O **FORNECEDOR** não deverá responder às eventuais reclamações e/ou solicitações, salvo prévia e expressa autorização do **SENAR-AR/MS**.

7.7. O **SENAR-AR/MS** notificará o **FORNECEDOR**, em até 48h (quarenta e oito horas), para a imediata adoção das providências cabíveis, quando constatar (i) descumprimento, por parte do **FORNECEDOR**, ainda que apenas suspeito, dos termos de qualquer legislação aplicável à proteção de dados; (ii) descumprimento de obrigações contratuais relativas ao tratamento dos dados pessoais; (iii) violação de segurança de dados pelo/no **FORNECEDOR** ou pelo/no **suboperador**; (iv) exposição e/ou ameaça à proteção e segurança de dados pessoais, no âmbito do Fornecedor ou do **suboperador**; (v) recebimento de qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (inclusive da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD) que tenha, por objetivo, obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais decorrente deste Contrato.

7.8. Cada parte se obriga, ainda, a (a) informar imediatamente a outra em caso de quebra de segurança em relação aos dados pessoais a que tiverem acesso em razão desse Contrato, devendo haver mútua colaboração para a apuração de responsabilidades e para mitigar danos; (b) assegurar aos titulares dos dados o pleno e efetivo exercício ao direito de informação, acesso e oposição, na forma da Lei.

7.9. O **FORNECEDOR** compromete-se, também, a auxiliar e cooperar tempestivamente com o Senar quando (i) o Senar tiver que cumprir com obrigações judiciais e/ou administrativas, em processos e/ou quaisquer outros procedimentos relacionados a tratamento de dados pessoais obtidos e/ou compartilhados em razão deste Contrato, sendo que o **FORNECEDOR** deverá fornecer informações e todo tipo de auxílio disponível, a fim de contribuir para a demonstração da lisura do Senar e/ou para mitigação de sua responsabilidade; e (ii) o Senar tiver que cumprir com obrigações derivadas dos direitos dos titulares dos dados pessoais garantidos pela legislação aplicável, sendo que o **FORNECEDOR** deverá fornecer informações e contribuir para sanar, tempestivamente, a reclamação e/ou solicitação do titular.

7.10. O **FORNECEDOR** não está autorizada, pelo Senar, a compartilhar, alienar, permutar, ceder, doar, publicar e/ou transferir, de qualquer forma, os dados pessoais que sejam obtidos, se origem, ou sejam criados a partir do tratamento de dados decorrente da execução do objeto deste Contrato e das obrigações nele previstas.

7.11. O **FORNECEDOR** se compromete a devolver todos os dados pessoais que vier a ter acesso em até 30 (trinta) dias corridos, sem manter cópia(s) armazenada(s), quando (i) o Senar solicitar; (ii) ocorrer a extinção deste Contrato, por qualquer motivo. Em adição, o **FORNECEDOR** não deve guardar, armazenar e/ou reter os dados pessoais por tempo superior ao prazo legal ou necessário para a execução do presente Contrato.

7.12. A violação dos preceitos legais aplicáveis, por qualquer das Partes, sujeita a infratora às sanções contratuais, civis e penais decorrentes.

7.13. Caso realize o tratamento de dados pessoais em desrespeito às instruções fornecidas pelo Senar, à Política de Privacidade do Sistema CNA/SENAR, ao disposto neste instrumento, e/ou à legislação aplicável, o **FORNECEDOR** será única e integralmente responsável por qualquer dano e/ou prejuízo causado ao Senar, ao titular dos dados pessoais e/ou a quaisquer outras pessoas, assim respondendo inclusive pelos atos do **suboperador**. O **FORNECEDOR** se obriga a manter o Senar sempre indene quanto a eventuais custos, despesas, danos e/ou prejuízos decorrentes, direta ou indiretamente, do descumprimento de suas instruções, da Política de Privacidade, do disposto neste instrumento e/ou da legislação aplicável, a qualquer tempo, inclusive após a extinção, por qualquer motivo, do presente Contrato, ficando, ainda, assegurado ao Senar o direito de regresso face ao **FORNECEDOR** por ações e/ou omissões dela própria e/ou do **suboperador**.

7.14. Ajustam as partes, em caráter irrevogável e irretratável, que a relação contratual ora celebrada deverá obedecer aos mais estritos e rigorosos conceitos e princípios da ética, moralidade e boa-fé na execução do objeto deste instrumento, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e/ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e/ou indiretamente, relações, contatos e/ou contratos e parcerias com quaisquer tipos e/ou espécies de agentes que por qualquer meio ou forma tenham tido participação em atividades comerciais ilícitas, incluindo aí a da concorrência antiética ou desleal, das quais, em função da atividade exercida, as partes dela sabem ou deveriam de saber.

7.15. As partes também, garantem e concordam que, em cumprimento dos seus deveres e obrigações decorrentes deste instrumento, bem como seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços, cumprirão com todas as leis aplicáveis, incluindo leis antissuborno, regras, códigos, despachos, regulamentos, decretos, normas e convenções de qualquer jurisdição relevante, bem como a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), às leis de qualquer país ou qualquer outro diploma legal similar.

7.16. As Partes declaram neste ato que estão cientes, conhecem e entendem os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente Contrato, em especial a Lei nº 12.846/2013 e seu respectivo Decreto nº 11.129/2022 (em conjunto denominadas “Regras Anticorrupção”), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção.

7.17. As Partes, por si e por seus sócios, administradores, diretores, empregados, prestadores de serviço e agentes que venham a agir em seu nome, se obrigam a conduzir suas práticas comerciais, durante e para a consecução do presente Contrato, de forma ética e em

conformidade com os preceitos legais aplicáveis e declaram neste ato que: (i) não violaram, violam ou violarão as Regras Anticorrupção; e (ii) têm ciência de que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhecem as consequências possíveis de tal violação.

7.18. O **FORNECEDOR** assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SENAR-AR/MS** e se compromete a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações aplicáveis ao **SENAR-AR/MS** e a este instrumento.

7.19. Fica acordado, que nenhuma das partes, poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob a leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta ao objeto deste instrumento, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços ajam da mesma forma.

7.20. Qualquer descumprimento das Regras Anticorrupção por qualquer das Partes, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada imediata do presente Contrato, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste Contrato e, em caso de ato e/ou omissão que possa ser interpretado como uma violação desta Cláusula, em vez de denunciar o Contrato, a parte inocente, a seu exclusivo critério, poderá suspender os efeitos do presente Contrato até o final da investigação relacionada a tal violação, enviando uma notificação à parte sob investigação a este respeito com efeitos imediatos, sem que a parte inocente incorra em qualquer penalidade ou responsabilidade perante a parte sob investigação.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado, por meio de crédito em conta bancária de natureza jurídica após recebimento do objeto e apresentação da fatura, em até 25 (vinte cinco) dias, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS**, onde:

a) Os pagamentos serão efetuados nos dias 15 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, sendo programados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam sobre feriado, final de semana ou data em que não haja expediente no **SENAR-AR/MS**.

b) As faturas recebidas e aceitas entre os dias 21 e o dia 05 do mês seguinte terão seus pagamentos executados no dia 15 mais próximo.

c) As faturas recebidas e aceitas entre os dias 06 e 20 de cada mês terão seus pagamentos executados no dia 30 mais próximo.

8.1.1. A liquidação financeira ficará condicionada à entrega e aceitação do objeto desta licitação, bem como o envio da respectiva fatura para o e-mail notafiscal@senarms.org.br.

8.1.2. Os documentos fiscais encaminhados em data que não houver expediente no **SENAR-AR/MS**, serão considerados como recebidos no primeiro dia útil subsequente.

8.1.3. As deverão ser encaminhadas para o e-mail notafiscal@senarms.org.br no ato de sua emissão, a fim de evitar transtornos caso seja necessário o seu cancelamento.

8.1.4. Não produzirão efeitos, faturas endereçadas a e-mail que não seja aquele previsto no **subitem 8.1.3**, nem documentos fiscais cujo envio não tenha sido autorizado pelo **SENAR-AR/MS**.

8.2. A fatura, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo **SENAR-AR/MS**, ficando o **FORNECEDOR** obrigado a comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

8.2.1. Caso a execução do objeto seja realizada através de fatura da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das mesmas certidões mencionadas no item anterior.

8.2.1.1. Somente poderá ocorrer a situação acima, caso não ocorra à alteração de Alíquota de ICMS ou qualquer outro custo que possa ser creditado ao **SENAR-AR/MS**.

8.3. Deverá constar na fatura emitida: a descrição do objeto, o período faturado, as quantidades, o valor unitário, o valor total, o número da conta bancária, agência e banco a ser efetuado o pagamento, o número do Contrato e/ou da Autorização de Fornecimento.

8.4. Valores constantes da fatura deverão refletir fidedignamente o objeto contratado pelo **SENAR-AR/MS**.

8.5. As faturas não aprovadas pelo **SENAR-AR/MS** serão devolvidas ao **FORNECEDOR**, para as devidas correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, renovando-se o prazo para pagamento estabelecido no **subitem 8.1** deste Instrumento, a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

9. DAS PENALIDADES

9.1. DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS PELO FORNECEDOR

9.1.1. A inexecução, total ou parcial, injustificada ou a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas neste instrumento poderá, garantida a prévia defesa do **FORNECEDOR**, ensejar o cancelamento do seu registro na Ata de Registro de Preços, para o item que lhe tenha sido registrado, por ausência de justa causa, cabendo ao **SENAR-AR/MS** aplicar as seguintes penalidades:

9.1.2. ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de:

a) fornecimento de veículo em desconformidade com as especificações técnicas, de execução irregular ou extemporânea do ato de entrega, que não resulte em prejuízo para a execução da Ata de Registro de Preços, Autorização de Fornecimento ou contrato.

b) deixar de manter e/ou comprovar sua regularidade fiscal e demais condições de habilitação exigidas para a correta execução do objeto, até finda vigência da Ata de Registro de Preços.

9.1.3. MULTA MORATÓRIA de natureza não compensatória pelo não cumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, correspondente a:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do serviço não executado, até o limite de 10% (dez por cento) de seu valor.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço solicitado na Autorização de Fornecimento, quando no ato de seu pagamento não for comprovada a regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) e o **FORNECEDOR** não providenciar após notificado.

9.2.1.3. MULTA COMPENSATÓRIA, correspondente à:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese de recusa em receber determinada Autorização de Fornecimento.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que o **FORNECEDOR** perder os requisitos de habilitação e não os restabelecer após notificado.

c) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que se verificar o inadimplemento total ou parcial do ajuste por parte do **FORNECEDOR**, determinante para ensejar o cancelamento da Autorização de Fornecimento e/ou seu registro na Ata de Registro de Preços.

9.1.5 SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo prazo de até 03 (três) anos.

9.2. A ausência de regularidade fiscal do **FORNECEDOR** ensejará a interrupção da execução do objeto, sem prejuízo do cancelamento do seu registro na Ata de Registro de Preços, para o item que lhe tenha sido registrado.

9.3. Para a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, o **FORNECEDOR** será notificado para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

9.4. Será instaurado processo administrativo interno (PAI) nas hipóteses de inobservância, pelo **FORNECEDOR**, do Código de Conduta e das Políticas do Programa de Integridade do **SENAR-AR/MS**.

9.5. As multas serão cobradas, a critério do **SENAR-AR/MS**, por uma das formas a seguir enumeradas:

a) Mediante descontos nos recebimentos a que o fornecedor tiver direito;

b) Mediante cobrança judicial.

9.5.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

9.6. As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente com as outras penalidades previstas neste item, assim como com a penalidade de cancelamento do seu registro na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da adoção de outras medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis.

9.7. Após a decisão definitiva, em se aplicando a penalidade de multa, o **SENAR-AR/MS**, poderá descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos ao **FORNECEDOR** ou proceder a sua cobrança administrativa, devendo ser recolhidas diretamente ao **SENAR-AR/MS** através de depósito em conta bancária indicada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação de sua aplicação, ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.8. Acaso os prejuízos decorrentes do inadimplemento por parte do **FORNECEDOR** superem o valor das penalidades impostas, o **SENAR-AR/MS** se reserva ao direito de cobrar judicialmente a diferença verificada.

9.9. Em caso de **REINCIDÊNCIA** do **FORNECEDOR** em qualquer das hipóteses de inexecução, poderá ser rescindido o contrato unilateralmente, no que tange ao item no qual tenha se sagrado vencedor, cumuladas as penalidades previstas, garantida a defesa prévia.

10. DAS CONSEQUENCIAS DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nas hipóteses previstas nas alíneas “a)” e “b)”, da cláusula 3.2, cabendo ao **SENAR-AR/MS** aplicar as penalidades previstas na cláusula 9.

10.2. O cancelamento do registro na Ata de Registro de Preços, para o **FORNECEDOR** que incorrer nas hipóteses previstas nas alíneas “a)” e “b)”, da cláusula 3.2, não lhe dará direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

10.3. O cancelamento acarretará independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do **SENAR-AR/MS**, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato celebrado, limitada ao valor dos prejuízos causados cumuladas, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos, o que fica desde já expressamente autorizado pelo **FORNECEDOR**.

10.4. Fica expressamente acordado que, em caso de cancelamento, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pelo **FORNECEDOR**.

10.5. Em caso de cisão, incorporação ou fusão do **FORNECEDOR** com outras empresas, caberá ao **SENAR-AR/MS** decidir pela continuidade dos itens que lhe tenham sido registrados.

11. DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

11.1. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A inobservância às cláusulas desta Ata de Registro de Preços, bem como ao RLC do SENAR, poderá ensejar, em caso de comprovado prejuízo ao patrimônio do **SENAR-AR/MS**, a anulação da contratação resultante do procedimento irregular e a adoção de providências para responsabilização civil e penal dos que tenham contribuído com ação ou omissão para o resultado danoso.

12.2. O **FORNECEDOR** deverá manter as condições de habilitação iniciais do certame pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preços.

12.3. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

12.4. Fica eleito o Foro de Campo Grande/MS, para dirimir eventual controvérsia que decorra da presente licitação.

E, por estarem justos e acordados, assinam os representantes das partes contratantes o presente instrumento, juntamente com 02 (duas) testemunhas, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.